

Sarney é o

JORNAL DO BRASIL

16 AGO. 1986

presidente que mais vetou

Brasília — Desde 1946, um presidente da República não veta tantos projetos de lei como o presidente Sarney. Vetando, total ou parcialmente, 119 projetos em um ano e meio de governo, Sarney já duplicou o número alcançado pelo presidente João Figueiredo que, em seis anos, vetou apenas 83 projetos. “É um direito constitucional do presidente vetar projetos que não sejam de interesse público. No governo autoritário, isso não era necessário porque os projetos eram rejeitados nas comissões, antes de chegarem ao plenário”, explica o secretário de imprensa, Fernando César Mesquita.

Sarney tem vetado tantos projetos de lei que já incorreu duas vezes na situação de vetar proposições por ele mesmo encaminhadas e que retornaram ao palácio aprovadas sem qualquer alteração. Em agosto do ano passado, por exemplo, ele mandou para o Congresso um projeto perdoando o Imposto Territorial Rural dos produtores prejudicados por inundações na região nordeste. Na exposição de motivos, o presidente dizia que queria aliviar de encargos tributários os produtores já “duramente sacrificados pela intempérie”.

Espanto

Na última quarta-feira, ao saber que o projeto não fora sancionado, o deputado Evandro Ayres e Moura (PFL-CE) ocupou a tribuna para exprimir, conforme dizia, o seu “espanto”. O governo justifica o veto do projeto com o argumento de que ele favoreceria o latifúndio, mas o parlamentar protestou: “Isso é um jacobinismo dos técnicos caolhos, que só vêem o produtor rural com o ódio doentio.” O pior é que, certos de que o governo sancionaria o projeto de sua autoria, os técnicos do Inbra já haviam começado a recolher as guias por meio das quais esses produtores pagariam seus impostos.

Mas não foi essa a primeira vez que o governo vetou um projeto de sua própria autoria. Em novembro do ano passado, Sarney encaminhou ao Congresso uma mensagem prorrogando até 1991 o prazo de vigência dos incentivos fiscais para quem investe em projetos de interesse do desenvolvimento da pesca no país. Pelo projeto, quem investisse em pesca poderia deduzir até 25% do valor do imposto de renda devido. Na mensagem, Sarney dizia que a medida contribuiria de modo decisivo para as exportações no setor da pesca, mas este ano não hesitou em vetar a proposição, depois de vê-la aprovada.

Nos dois casos, o presidente pode justificar seus vetos com o argumento de que foram projetos conduzidos por ministros que não estão mais no seu governo — Nelson Ribeiro e Pedro Simon. Mas o deputado João Gilberto (PMDB-RS) tem uma explicação mais jurídica: “O presidente tem o direito de veto e os parlamentares têm o direito de votar livremente. É o equilíbrio dos poderes num regime democrático.”

A deriva

Sendo um reflexo da liberdade com que os parlamentares estão votando, a multiplicação de vetos revela também que os líderes da Aliança Democrática estão desentrosados com o Palácio do Planalto ou não têm mais qualquer controle sobre suas bancadas. Diariamente, deputados e senadores são municiados por assessores parlamentares com informações sobre como os ministros desejam ver aprovados determinados projetos, mas em plenário o que prevalece é o interesse eleitoral dos candidatos às eleições de novembro.

O próprio líder oposicionista Amaral Neto conseguiu aprovar todos os projetos do interesse do PDS no esforço concentrado de junho passado, quando a maioria em plenário era constituída pelos partidos que formam a Aliança Democrática. “A verdade é que os acordos para a aprovação de projetos estão passando à deriva dos líderes. Eles nem sabem o que está se passando”, analisa o deputado Hélio Duque (PMDB-RS).

E também apontando esse completo desentrosamento entre líderes e bancadas que um bem situado assessor do presidente da República justifica os vetos do Palácio do Planalto.